

Paris, 30 de junho de 2005

**CARTA-CIRCULAR AOS MEUS QUERIDOS CONSÓCIOS, MEMBROS DAS
CONFERÊNCIAS DE SÃO VICENTE DE PAULO NO MUNDO**

Queridos amigos e consócios,

Começo, mais um ano, este contacto epistolar, pessoal e íntimo, com cada um dos meus consócios no mundo, com a alegria de escrever a uns amigos com quem se partilha não só a fé em Nosso Senhor Jesus Cristo, mas também a maneira de a viver ao serviço da Santa Igreja dos pobres¹. Desejo a todos Paz e bem-estar.

Como recordarão aqueles que leram a minha carta de Junho de 2004, referia-me nela aos seis pontos fortes da vocação dos membros das Conferências. Este ano, farei referência a três assuntos que considero muito importantes para a vida de cada uma das nossas Conferências: as relações entre os consócios, a responsabilidades dos Presidentes e as relações com sacerdotes e Bispos e o seu lugar no seio na Sociedade. Os três condicionam, em muitas ocasiões, o nosso serviço aos mais pobres que representam, sem qualquer dúvida, o essencial da vocação das Conferências. Não é minha intenção esgotar estes três assuntos com estas pequenas reflexões, mas antes oferecê-los às Conferências para que cada uma delas medite sobre eles e cheguem às suas próprias conclusões, que enriquecerão, sem dúvida, a vida comunitária de cada uma.

Começando pelas relações entre os consócios, devemos aspirar a que sejam sempre presididas pelo amor, a amizade, a atenção e a boa educação que pretendemos levar àqueles que sofrem por qualquer motivo². Assim é na grande maioria dos casos e, por isso, não se entende a existência de uma Conferência sem estes atributos. Vimos à Sociedade, queridos consócios, para nos encontrarmos na caridade de Cristo e tentar representá-la, ainda que imperfeitamente, para todas aquelas pessoas abandonadas que visitamos. Sem esquecer os consócios que, connosco, formam a Sociedade no mundo³.

Assim é na grande maioria dos milhares de Conferências e de Conselhos que se estendem pelo mundo. É reconfortante ver a amizade generosa e profunda que rege as nossas relações e a verdadeira devoção que sentem os consócios uns pelos outros⁴.

No entanto, nem sempre as relações entre consócios são fáceis. Nalgumas ocasiões, encontramos-nos perante Conferências que têm importantes problemas de relacionamento entre alguns dos consócios que as formam, frequentemente provocadas por um desejo mal entendido de prestar um melhor serviço. Não podemos esquecer que uma Conferência é uma comunidade de homens e mulheres que transferem e projectam no seio do grupo a sua personalidade e o seu carácter, originando assim, às vezes, possíveis conflitos. Contudo, para isso existe o grupo, a Conferência: para nos ajudar a superar os nossos pequenos «egos» que, por vezes, queremos impor; para vencer as nossas falhas; para nos fazer viver na virtude e tentar ser exemplo de vida para aqueles que nos rodeiam e para aqueles a quem ajudamos⁵.

Estas dificuldades de relação têm sempre repercussão no nosso serviço aos mais pobres, piorando-o, e dão uma triste imagem da amável relação eclesial que deve reinar entre nós e que devemos representar para os outros. Quando estes desencontros aparecem,

frequentemente, enganamo-nos a nós próprios quando os justificamos com a desculpa da procura de um serviço melhor para os mais pobres. A aspiração a um serviço melhor que quer encobrir tantas vezes, perante a nossa consciência, a falta de sintonia, não é outra coisa senão a manifestação do facto de que não somos capazes de controlar e superar as nossas emoções.

Há ocasiões, não há que ocultá-lo, em que existem desconfianças entre nós. No entanto, é a confiança entre todos e para todos, a que deve presidir à relação entre os consócios. Quando um consócio se junta a uma Conferência, deve encontrar um espaço que contribua para a sua própria santificação, primeira aspiração da Sociedade para os seus membros. Assim como não é possível conceber um dos nossos grupos sem aspirar ao melhoramento pessoal dos seus membros, há que afirmar, de forma categórica, que os desencontros entre os consócios predis põem exactamente o contrário.

Perante este tipo de situações, segundo ponto desta Carta, o trabalho do Presidente da Conferência ou do Conselho constitui a base.

A primeira obrigação de um Presidente, a qualquer nível da Sociedade é, sem dúvida, criar um bom ambiente entre os consócios cujo trabalho supervisiona. No seio das Conferências existe um trabalho de supervisão da parte de todos os responsáveis a qualquer nível da organização. Isto é, não é apenas o trabalho junto dos pobres o que se recomenda aos nossos Presidentes. Pelo menos não é só isso. O mais importante da Sociedade, de cada uma das suas Conferências e dos seus Conselhos, é o potencial humano que deles fazem parte e do caminho espiritual de perfeição que deve representar a Conferência para cada um de nós⁷.

A figura do Presidente é central na vida na Sociedade, em todos os seus níveis. Diz a tradição vicentina que, com frequência, uma Conferência ou um Conselho é também dedicado, bom, responsável tal como o é o seu Presidente. Como reconhecimento desta centralização dos Presidentes na vida da Sociedade desde as suas origens, transcrevo parte da Circular de 1 de Março de 1844, do meu antecessor e primeiro Presidente Geral da Sociedade, Emmanuel Bailly:

“quanto às condições que os nossos Presidentes devem reunir, como também os que tenham a seu cargo algumas outras funções, não esqueçamos nunca a regra que estabelece um piedoso adágio. Nem só a ciência e nem só a piedade sem outros dons, bastam para saber guiar os seus irmãos e dirigir as coisas de Deus. A missão de ensinar diz respeito aos entendimentos ricos no saber: «doctus est, doceat nos». Aqueles outros a quem Deus concedeu o benefício inapreciável da piedade, que peçam muito pelos seus irmãos: «pius est, oret pró nobis» Só é chamado a ser servidor dos outros e a dirigir as obras cristãs, aquele que reúne, aos indiscutíveis conhecimentos, a prática sincera da fé e um grande espírito de conciliação e de prudência: «Prudens est, regat nos».

Isto é: se o consócio a quem confiámos a direcção da Conferência ou do Conselho é o adequado, o serviço que prestarão os consócios será sem dúvida aquele que convém para a sua vida espiritual no serviço aos pobres. Por tudo isso, é muito importante que o Presidente esteja atento ao aparecimento de dificuldades no seio da sua Conferência ou do seu Conselho, produzidas por alguns consócios ou Conferências, com quem deverá falar, em privado, a esse respeito. Deve solucionar os problemas que surjam entre os

consócios e não os deixar passar julgando que são pessoais ou que se solucionarão com o tempo. Pelo contrário, deve intervir com uma suavidade não isenta de firmeza e fazer compreender a todos a bondade que, para o serviço aos pobres e a nós próprios, representa a boa e fraterna relação entre os consócios.

A escolha do Presidente é sempre fundamental para cada Conferência ou cada Conselho, devendo cada consócio meditar pessoalmente sobre quem deve eleger⁸, invocando a ajuda do Espírito Santo e submetendo-se à vontade do Senhor quando o eleito não é o candidato que deseja. Nunca se deve abandonar a Conferência ou o Conselho por essa falta de sintonia com a maioria dos consócios porque, no final da cadeia, os que verdadeiramente perdem são os pobres e o próprio consócio que pensa que a sua opinião é que é válida. Pelo contrário, os Presidentes devem encontrar sempre a colaboração sincera e próxima de todos os membros da Conferência. O seu serviço – o de cada Presidente – deve sempre ser entendido por todos e por cada um dos consócios em primeiro lugar.

Os consócios devem sempre exigir-se a escolher o melhor, como já assinalado mais acima. Sejamos prudentes. Nada mais funesto para a Conferência e mesmo para o eleito, do que nos inclinarmos para o mais jovem só pela sua juventude ou por aquele que parece ser o mais activo. Teremos mais uma decepção se seguirmos simplesmente estes critérios. É possível que o mais jovem seja o melhor. Aquele que chegou em último e que parece trabalhar muito, também o pode ser. Esperem. Observai esse jovem, como se entrega a tarefas que não arrisquem a própria vida da Conferência. Observai igualmente o mais activo e esperem para ver quanto tempo mantém essa actividade e qual é o motor da mesma. Esperem para ver e escolham sempre a segurança do consócio que fica e que é capaz de grandes coisas sem grandes ostentações. Fugam da «ave de passagem» que chega por vezes às nossas Conferências e que as deslumbram. Sejam prudentes na hora de escolher aquele que tem o dever de nos ajudar no nosso trabalho caritativo e no nosso crescimento espiritual.

Cada um dos nossos Presidentes não deve esquecer que supervisiona caritativamente um grupo de aspirantes a bons cristãos, para os quais deve ser sempre um guia e um exemplo. Os nossos Presidentes, a todos os níveis, devem exigir deles próprios um maior aperfeiçoamento, uma formação mais rica. Uma reflexão contínua sobre os problemas da Conferência ou do Conselho e uma vida espiritual que aspire sempre a melhorar.

Como terceiro assunto desta Carta, não é menos interessante para os Consócios examinarem as relações com os membros da hierarquia da Santa Igreja. Com frequência, chegam consultas à sede do Conselho Geral, pedindo esclarecimentos sobre a consideração de que eles devem usufruir entre nós e sobre o lugar que devem ocupar no seio da nossa Sociedade. Consultas que nem sempre provêm de consócios, mas também de padres e mesmo de um bispo Ordinário□.

Antes de tudo, devemos compreender que as considerações que continuam, não se referem somente aos Diáconos, Presbíteros ou Bispos e que devem estender-se a qualquer membro da Santa Igreja que pertença a uma Instituição de vida consagrada, quer sejam homens ou mulheres, que os obrigue a viver em comunidade ou sob uma disciplina jurídica determinada. Todos eles, em princípio, de acordo com a nossa tradição renovada pela experiência ao longo dos anos, devem ser considerados

excluídos de qualquer serviço de representação no seio da Sociedade, a todos os níveis. Isto é: em caso algum, salvo em circunstâncias razoáveis e muito excepcionais, sempre autorizadas directamente e em qualquer caso pelo próprio Conselho Geral, nunca devem ocupar, como regra geral, serviços na Mesa das Conferências e dos Conselhos. Não poderão ser, portanto nem Presidentes, nem Vice-Presidentes, nem Secretários ou Tesoureiros a todos os níveis da Organização vicentina.

No entanto, temos de ter para com eles uma consideração especial e ver sempre como uma autêntica graça o facto de que se unam às nossas obras. Efectivamente, a presença de membros da hierarquia entre nós, como mais um consócio, certamente altamente qualificado, é um bem absolutamente inapreciável. Desde a fundação das Conferências, a presença dos presbíteros entre nós tem sido constante. Já na primeira Conferência, os consócios fundadores estabeleceram que os sacerdotes deviam ocupar um lugar de honra nas Conferências e que, libertando-os da gestão corrente, o seu critério fosse sempre escutado com a maior atenção e que a sua direcção nos assuntos espirituais fosse, especialmente, tida em consideração.

Os fundadores das Conferências desejaram, com magnífico discernimento, que a opinião espiritual dos padres fosse escutada com interesse no seio da comunidade cristã que deve ser cada uma delas; e que ela fosse seguida com um autêntico desejo de melhorar a vida interior de cada um dos consócios e, em definitivo e por extensão, a da própria Conferência no seu conjunto e, pelo exemplo de vida dado, a vida das pessoas ajudadas.

Os Padres das Paróquias devem encontrar na Conferência da sua jurisdição, uma ajuda constante e eficaz no apostolado da caridade paroquial. As Conferências devem unir-se com entusiasmo a todas as iniciativas tomadas a favor dos pobres, no seio da Paróquia. Não esqueçamos que nenhuma obra de caridade é alheia à Sociedade.

Os nossos Conselhos, a todos os níveis, devem ter a mesma consideração para com os Bispos Ordinários. As Conferências devem estar unidas à Pastoral diocesana da caridade, com autêntico empenho em que cada Bispo encontre, nas Conferências que trabalham na sua Diocese, humildes e eficazes colaboradores. Não se entenderia e, inclusivamente, poderia provocar um escândalo perante o Povo de Deus, se algum Conselho aspirasse a manter iniciativas que se encontrassem em desacordo com as do Pastor da Diocese. São Vicente estava claramente seguro quanto a esta necessidade que deve ser, para nós, uma obrigação peremptória.

Os vicentinos devem sonhar, sonhar com novas formas de abordar a dor humana, a dor que se estende muito mais além da miséria e da necessidade física e apresentar novos projectos aos Curas das nossas Paróquias e aos nossos Bispos. Não devemos permanecer na inércia da ajuda do século XIX¹⁰, tantas vezes criticada pela hierarquia, mas sim superá-la e apresentar iniciativas, novas iniciativas, permitam-me a redundância, onde nós os laicos possamos aliviar a dor e difundir a Boa Nova.

Como tenho assinalado noutras ocasiões, as Conferências têm uma grande responsabilidade como grupo organizado e unido que são, de levar a Boa Nova, a notícia da Santa Igreja, a locais onde, por vezes, o território está vedado ou é difícil para os membros da hierarquia da Igreja. Esta constitui uma das pobreza dos nossos tempos e, especialmente, daqueles a quem chamam «países do primeiro mundo», na qual, disso

estou convencido, a hierarquia desejaria que trabalhássemos mais do que fazemos habitualmente. Façamo-lo, ponhamos ao seu serviço esta nova atenção à pobreza e escutemos com filial atenção as suas indicações,

Por último e à margem dos assuntos tratados nesta Carta-Circular, permitam-me que vos recorde a todos que, na nossa página web, todos os dias é publicado o Evangelho correspondente acompanhado de uma meditação especialmente indicada para os consócios. Para aqueles que ainda não a conheçam, encorajo-os a entrar na página www.ozanet.org e utilizar este novo serviço do Conselho Geral.

Queridos amigos, um ano mais, como dizia no início desta Carta-Circular. Sim, um ano mais em que o Bom Deus vos permitiu viver o vosso serviço nas Conferências. Um serviço que será quantitativamente melhor, se todos nos amarmos mais. Que estará melhor organizado, se encontrarmos nos nossos Presidentes aqueles “líderes-servidores” a quem a nossa Regra faz referência e, assim, os respeitaremos. Um serviço que servirá de exemplo eclesial, se estamos decididos a que o nosso serviço comunitário se integre na vida da Santa Igreja e saibamos escutar os nossos Pastores e ajudá-los na responsabilidade de supervisionar toda a Santa Igreja de Nosso Senhor.

Para isso, queridos consócios, temos de aceitar as nossas limitações individuais, as nossas fracas forças como comunidade e a pequena parte que representamos no seio da Santa Igreja. Nada nos é devido. De nada somos credores. Somente, se conseguirmos controlar as nossas paixões, se soubermos encontrar-nos na oração com os nossos irmãos, se nos reconhecermos como sendo os últimos filhos da Santa Igreja, então alcançaremos a verdadeira utilidade para que fomos chamados: dizer aos pobres que Deus os ama com a imperfeição de uma vida que nós lhes consagramos, e que tentamos que seja cada dia mais próxima do que nos propõem os Conselhos Evangélicos.

Para isso, nada melhor que recorrer à Virgem Maria. Ela, mediadora de todas as graças, conceder-nos-á, sem dúvida, o melhoramento pessoal que procuramos, com o exemplo das vidas de Vicente de Paulo e Frederico Ozanam.

Com o meu pessoal afecto para todos,

José Ramón Díaz-Torremocha

i.n.e.D.
XIV Presidente Geral

¹ “A Sociedade de São Vicente de Paulo é uma comunidade cristã espalhada pelo mundo...” (Art. 1.1. Regra S.S.V.P.)

² Os Vicentinos esforçam-se em estabelecer relações baseadas na confiança e na amizade”. (Art. 1.9 Regra S.S.V.P.)

³ A Sociedade de caridade deve dedicar-se a adquirir e a praticar todas as virtudes: mas há algumas de que os indivíduos têm particularmente mais necessidade para finalizar as boas obras que têm a seu cargo; tais virtudes são: a abnegação de si próprio, a prudência cristã, um grande amor ao próximo, o zelo pela salvação das almas, a grandeza de coração e de palavra e, sobretudo, o espírito de fraternidade”. (Considerações Preliminares à Regra da S.S.V.P. Paris, 1835)

⁴ Os vicentinos reúnem-se como irmãos e irmãs na presença de Cristo, em Conferências que são comunidades reais de fé e de amor, de oração e acção. É essencial que exista um vínculo espiritual e de amizade efectiva entre os consócios vicentinos, e que seja definida uma missão comum que desenvolvam

juntos para ajudar os pobres e os marginalizados. A Sociedade representa realmente uma só e única Comunidade de amigos vicentinos através do mundo”. (Art. 3.3. Regra S.S.V.P.)

⁵ “A vocação vicentina afecta todos os aspectos da vida diária dos membros, tornando-os mais sensíveis e cuidadosos com as suas actividades familiares, laborais e de lazer”. (Art. 2.6 Regra S.S.V.P.)

□ “Os Vicentinos são chamados a caminhar juntos até à santidade, porque a verdadeira santidade é a aspiração à união em amor com Cristo, o que representa a essência da sua vocação e a fonte da sua inspiração. Aspiram a arder no amor de Deus, como o ensinou Jesus Cristo e a aprofundar a sua própria fé e fidelidade” (Art. 2.2. Regra S.S.V.P.)

⁷ Seguindo o exemplo de Cristo, os Presidentes da Sociedade, a todos os níveis, têm de ser líderes-servidores. Eles proporcionam um conjunto animador no qual os talentos, as capacidades e o carisma espiritual dos consócios são identificados, desenvolvidos e postos ao serviço dos pobres e da Sociedade de São Vicente de Paulo. Os Presidentes têm uma responsabilidade especial na Conferência ou no Conselho, como a de promover a espiritualidade vicentina”. (Art. 3.11 Regra S.S.V.P.)

⁸ “..... deve distinguir-se, além disso – referindo-se aos consócios candidatos para a presidência das Conferências – por um ardente afecto à Sociedade, por uma combinação feliz de doçura e de firmeza, por uma paciência a toda a prova e, finalmente, por um grande zelo a favor do bem espiritual e temporal dos pobres”. (Jules Gossin, II Presidente Geral, Circular de 31 de Maio de 1846)

□ Remeto o leitor ao Capítulo 5 da Regra da Sociedade: Relações com a hierarquia da Igreja. Neste Capítulo encontrará a filosofia que presidiu a actuação da Sociedade ao longo dos seus mais de cento e setenta anos de vida. Remeto-o igualmente aos Estatutos Internacionais e aos Requisitos Básicos para os Conselhos Superiores. Todos eles servirão de consulta e eliminarão as dúvidas que possam surgir nas nossas relações com os membros da hierarquia da Santa Igreja.

¹⁰ “Qualquer que seja a sua idade, os membros esforçar-se-ão por preservar o espírito de juventude, que se caracteriza pelo entusiasmo e pela adaptação e imaginação criativa” (Art. 3.5. Regra S.S.V.P.)